

O MUNDO COMO COISA EM SI E A IMAGEM HUMANA DO MUNDO

Luís Fernando Lobão MORAIS

É amplamente reconhecido e ensinado que o conhecimento humano constitui um sistema de representações simbólicas do mundo exterior. Apesar de esta ser uma afirmação filosoficamente problemática e controvertida, as pessoas em geral a adotam como fundamento para as suas ações. Dia após dia, elas planejam cuidadosamente as suas ações, confiadas em que a imagem que têm do mundo é verdadeira.

Poucos param para pensar se a confiança, que têm nessa imagem, possui bom fundamento. Alguns filósofos se destacaram por formular tal questão e tentar encontrar respostas possíveis para ela. É conhecida a doutrina kantiana, segundo a qual o sujeito cognoscente sabe que existe um mundo objetivo, mas não sabe como ele é. Em poucas palavras, para Kant, o mundo objetivo é uma coisa em si, não uma imagem com contornos nítidos. Sabemos da sua existência, pode-se dizer até que essa existência é muito bem fundamentada, mas as características, as determinações do mundo ao nosso redor permanecem incógnitas.

Entre o mundo como coisa em si e a imagem que temos do mundo medeia um abismo, que os filósofos costumam considerar insuperável por meios lógicos ou científicos. Gianni Vattimo escreve¹:

“Nas idéias nietzschianas de niilismo e de vontade de poder anuncia-se a interpretação da modernidade como consumação final da crença no ser e na realidade enquanto dados objetivos que o pensamento deveria limitar-se a contemplar para se conformar às suas leis. Numa famosa página do Crepúsculo dos ídolos, Nietzsche percorre as etapas

(¹) É mestrando em Direito Processual Civil junto à Faculdade de Direito da PUC-Campinas).

(²) Vattimo, Gianni. *Acreditar em acreditar*. Lisboa, Relógio D'água Editores, 1998. p. 19.

desta consumação. No início, a filosofia grega pensou em situar a verdade do mundo num além metafísico - o mundo das idéias de Platão, idéias cujo caráter definido e estabilidade deveriam garantir a possibilidade de conhecer de modo rigoroso as coisas móveis e mutáveis da experiência cotidiana; depois, muito mais adiante na própria história filosófica da idéia de verdade, veio a descoberta kantiana de que o mundo da experiência é co-constituído pela intervenção do sujeito humano (sem as formas a priori da sensibilidade e do intelecto não existe mundo, só uma coisa em si da qual, porém não sabemos nada, a não ser que não podemos negar que existe); por fim, o pensamento toma consciência de que aquilo que é verdadeiramente real, como dizem os positivistas, é o fato positivo, isto é, o dado verificado pela ciência; mas a verificação é justamente uma atividade do sujeito humano (ainda que não o seja do sujeito individual), e a realidade do mundo de que falamos identifica-se com aquilo que é produzido pela ciência nas suas experiências e pela tecnologia com os seus instrumentos. Já não existe um mundo verdadeiro, ou melhor, a verdade reduz-se toda àquilo que é determinado pelo homem, ou seja, à vontade de poder.”

Desde Kant, a imagem que temos do mundo, com base na qual agimos e nos comunicamos com os nossos semelhantes, não é númeno, mas fenômeno. Como fenômeno, essa imagem constitui uma representação amplamente, talvez totalmente subjetiva da realidade externa. Referindo-se ao fato de que toda descrição da realidade, por mais sofisticada que seja, é uma construção humana, o filósofo norte-americano Richard Rorty escreve²:

“Para compreender minha afirmação de que o nominalismo é melhor resumido pela doutrina de Gadamer segundo a qual só a linguagem pode ser compreendida, exponho a objeção óbvia a esse argumento. Os ‘tecnicos’³ são rápidos em protestar que o paradigma do aumento da compreensão remonta à apreensão da natureza do universo físico nas ciências modernas - um universo que não é linguagem. A réplica nominalista a tal objeção é: nós nunca compreendemos nada exceto sob uma descrição, e não há descrições privilegiadas.

² Rorty, Richard. “A utopia de Gadamer”. In *Folha de S. Paulo*, 13/02/2000, Caderno Mais. pp. 11-12.

³ Palavra usada para designar os defensores da primazia da ciência como forma de conhecimento. Aos “tecnicos”, geralmente se opõem os “obscuros”, considerados defensores da religião. A classificação é obviamente pejorativa.

“Não há como desviar de nossa linguagem descritiva para alcançar o objeto tal como é em si mesmo - não porque nossas faculdades sejam limitadas, mas porque a distinção entre “para nós” e “em si mesmo” é uma relíquia de um vocabulário metafísico, que sobreviveu à sua utilidade.”

Ante essas considerações de filósofos contemporâneos, as questões, que queremos estabelecer como motivo de reflexão neste artigo, são: Por que o ceticismo e o niilismo são posições tão adotadas pelos filósofos nos últimos tempos? Existem motivos sólidos a fundamentar a impossibilidade de se conhecer o real, sem a intermediação da linguagem? Para tentar encontrar respostas plausíveis para estas perguntas, é preciso remontar ao problema do conhecimento do eu.

Para Descartes, a existência do eu é o conhecimento mais básico e fundamentado, que a razão é capaz de formular. Temos consciência de que pensamos. É impossível viver e não ter pensamentos conscientes ou inconscientes. Porque pensamos, sabemos que existimos.

A certeza da existência do eu não depende de qualquer conhecimento advindo dos sentidos. Não nos reconhecemos como existentes, fundamentalmente, porque vemos, ouvimos ou tocamos o nosso corpo físico. Reconhecemo-nos como existentes, antes do mais, porque podemos continuar pensando independentemente dos sentidos, porque o nosso pensamento não parece depender de dados do mundo exterior para durar. Pelo contrário, as análises introspectivas mais bem elaboradas nos mostram que somos capazes de continuar pensando independentemente de qualquer informação, oriunda dos cinco sentidos⁴.

Por essas razões, a certeza que temos de existir enquanto seres pensantes é maior que a certeza de qualquer outra proposição. A auto-existência do eu, não como um ser no meio de outros, não como um ser no espaço, mas como um puro intelecto é o conhecimento mais evidente e adequado a servir de fundamento para a construção de outros conhecimentos, que se pode formular. Se for possível extrair desse puro pensamento, ou seja, do pensamento não contaminado pela pressuposição da existência de um mundo externo, a existência de um único ser diferente do eu, não como pressuposto adotado arbitrariamente, mas como corolário lógico de um

⁽⁴⁾ A afirmação de que o pensamento não depende dos dados dos sentidos para ocorrer, como formulada no texto, é de natureza estritamente lógica. Não está em questão se o eu é capaz de produzir ou encontrar uma fonte de energia apta a sustentar indefinidamente o pensamento, mas se o pensamento pode-se manter estruturado sem a utilização de dados dos sentidos.

raciocínio, estaremos diante de uma prova verdadeiramente apodítica da natureza enquanto objeto distinto do eu.

Neste ponto, é necessário fazer um esclarecimento. O método mais adequado ao estudo do eu é a introspecção racional, cujo objetivo principal é compreender se, e até que ponto, os pensamentos do sujeito cognoscente são lógicos. Em palavras bem simples, a introspecção tem por finalidade apontar, dentre as miríades de pensamentos do eu, aqueles que possuem sustentação lógica inquestionável e aqueles que não a possuem. É verdade que a introspecção, desde logo, distingue entre os pensamentos, que se parecem formar a partir de dados do mundo exterior, e os pensamentos, cuja gênese é logicamente independente dos sentidos. A distinção entre essas duas espécies de pensamento impõe-se com uma força irresistível.

É preciso esclarecer, entretanto, que uma tal espécie de distinção não tem fundamento claro. É certo que pensamos alguns objetos como existentes num mundo fora de nós e outros como existentes apenas na nossa própria estrutura mental, porém o caráter lógico dessa distinção não é imediatamente evidente. E se estivermos iludidos a respeito da existência exterior dos objetos aparentemente percebidos pelos sentidos? Sabemos com certeza que pensamos; não sabemos se o que pensamos existe fora de nós. É preciso encontrar uma prova da existência exterior dos objetos do pensamento, para que possamos afirmar essa mesma existência como inequívoca.

Eis a razão por que, sempre que fizermos menção de objetos do mundo exterior, no presente exercício de introspecção, estar-nos-emos referindo, de início, a objetos, não certamente, mas apenas possivelmente existentes no mundo exterior. À noção da existência desses objetos não estaremos emprestando qualquer certeza lógica.

Se não temos qualquer certeza da existência de um mundo exterior, porém, precisamos-nos precaver contra a tendência de considerar que os nossos pensamentos são representações. Toda representação o é de alguma coisa. Quando dizemos que as nossas idéias são representações, estamos preparando o caminho para afirmar que os objetos dessas representações existem num mundo externo⁵. Ora, a existência de um mundo externo não

⁽⁵⁾ É possível um conhecimento representativo do próprio eu, porém esse conhecimento não tem as características de imediatidade e evidência apodítica do auto-conhecimento. Quando se auto-representa, quando cria uma idéia sobre si mesmo, o eu vai além da simples sensação de existência, que tem ao pensar. Por isso dizemos que formular uma representação, ainda que de si mesmo, é pensar algo distinto do eu enquanto objeto de conhecimento imediato.

pode ser admitida apressadamente. Por isso o conhecimento do eu não deve ser entendido, de início, como representação.

O conhecimento mais básico, que o eu elabora, é melhor caracterizado como vivência destituída de função descritiva ou com função descritiva fundamentalmente questionável. Queremos dizer que as intuições mais simples do eu são vivências ou experiências cognitivas imediatas e irreduzíveis, não representações.

Cada vivência cognitiva do eu tem por objeto um ou mais entes e fatos reais ou imaginários, acerca dos quais o sujeito pensa e cuja existência ou ocorrência, no plano de um mundo externo, ele postula. Os objetos das vivências do eu são os objetos do conhecimento. Com o conjunto desses objetos, o sujeito pensante constrói o universo de fatos, pessoas e coisas, dentro do qual a sua vida transcorre e ao qual ele não cessa de fazer referência, ao se comunicar com outros sujeitos.

A partir dos objetos das suas vivências cognitivas simples, o eu elabora vivências compostas. Pode-se dizer que os objetos das vivências cognitivas mais repetidas e associadas à sobrevivência do indivíduo (fome, sede, dor etc.) têm uma participação muito maior do que outros objetos nas vivências compostas pelo sujeito. Isso tem importantes conseqüências. Por um lado, a representação da realidade com base na maior repetição de certas vivências ou na maior importância de outras vivências para a sobrevivência permite ao indivíduo adaptar-se melhor ao mundo, que ele crê existente. Por outro lado, a seleção dos aspectos mais repetidos e importantes para a sobrevivência torna extremamente subjetiva a imagem, que o eu faz do mundo. Esta é uma perda inevitável. É o preço, que o eu paga, para poder chegar a uma síntese, e para essa síntese ser existencialmente significativa.

Inevitável é que o conhecimento sintético formulado pelo indivíduo seja, portanto, muito mais uma representação subjetiva do que uma imagem completamente confiável do mundo. O conhecimento surgido com base nas vivências mais repetidas⁶ e nas vivências, que o eu reputa serem causas de emoções associadas à sua sobrevivência, é inevitavelmente marcado por um

⁽⁶⁾ Quando dizemos que certas vivências se repetem, queremos dizer, na verdade, que elas se assemelham. Não há duas vivências rigorosamente repetidas. Cada vivência é única e irrepetível. Porém, ela se assemelha a outras vivências, em maior ou menor medida. Observando a semelhança, maior ou menor, entre os objetos das suas vivências cognitivas, o eu faz a síntese, referida no corpo do texto, em que predominam as vivências mais semelhantes.

alto grau de subjetividade⁷. O mundo não é só o que o eu percebe. Menos ainda se pode dizer que ele é só o que o eu percebe mais repetidamente, ou o conjunto dos objetos de pensamento, a que o eu atribui maior importância existencial. O mundo é o que é. Ele é o conjunto de todos os objetos, percebidos ou não, percebidos menos ou mais repetidamente, percebidos como importantes ou não para a sobrevivência dos sujeitos, que o pensam.

Por todo o acima exposto, a passagem das vivências cognitivas simples aos estados mentais sintéticos não é muito adequadamente descrita como uma sucessão de estados mentais, mas como uma espécie de composição de vivências cognitivas, que ocorrem simultaneamente, sem que o sujeito pensante se confunda. Algumas vezes, a composição das vivências cognitivas ocorre inconscientemente. Outras vezes, ela se dá conscientemente. A diferença entre as composições conscientes e inconscientes de vivências cognitivas é que, nas primeiras, emerge um estado mental novo, pelo qual o sujeito passa a reconhecer e identificar, não apenas os objetos do seu pensamento, mas o próprio processo lógico a ele subjacente.

Falsa é a dicotomia, que distingue qualitativamente a consciência da inconsciência. A mente consciente e o inconsciente não se diferenciam, no que diz respeito às operações mentais básicas, que os constituem. No fundo, tudo o que pensamos é parte da consciência, pois tudo é composição de

⁷⁾ Géza Szamosi cita um experimento, conduzido no Instituto de Tecnologia de Massachussets (MIT), no qual o cientista J. Y. Lettvin e sua equipe “inseriram um pequenino eletrodo no nervo ótico da rã para registrar sua reação aos estímulos externos. Os olhos da rã foram então expostos a vários estímulos óticos e se registraram os impulsos elétricos das fibras do nervo ótico do animal. Os resultados foram uma revelação [...] Os diferentes grupos de fibras não reagem a toda luz ou mesmo a toda luz padronizada. A retina da rã é muito mais que o equivalente biológico da emulsão fotográfica. Processa a informação recebida de forma altamente sofisticada, ampliando algumas características, suprimindo outras e separando a informação relevante da irrelevante. Conseqüentemente, só houve uma resposta a padrões significativos. Algumas células reagem, por exemplo, se um pequeno objeto passasse pelo campo visual. A equipe de pesquisa escreveu: ‘Fomos tentados a chamá-las de detectoras de insetos.’ Naturalmente, o olho da rã precisa reagir a pequenos objetos voadores - insetos. Os insetos são um dos alimentos da rã. Outra classe de fibras reagia quando uma grande sombra passava repentinamente pelo seu campo visual. Essas fibras poderiam ser chamadas de ‘detectoras de cegonhas’ . Detectar aves predatórias que se aproximam repentinamente é tão importante para a rã como detectar insetos. Significativamente, se os pequenos objetos ou as grandes sombras não estavam se movendo, as células óticas paravam de reagir; moscas e mosquitos não ficam parados no ar, nem uma cegonha em mergulho” (Szamosi, Géza. *Tempo e espaço - as dimensões gêmeas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998. p. 33). Em que pese o experimento da equipe de Lettvin não ter força comprobatória, na reflexão desenvolvida no nosso texto, uma vez que ele se utiliza de dados sensíveis, cuja validade dissemos não poder ser aceita apressadamente, julgamo-lo ilustrativo.

vivências, por meio das quais o sujeito se torna consciente de alguma coisa. A mesma espécie de operação mental consciente está à base da consciência em sentido estrito e do inconsciente. A diferença é que as sínteses cognitivas conscientes, como dissemos, são compostas por vivências muito mais repetidas e importantes para a produção das emoções associadas à sobrevivência do eu do que as sínteses inconscientes. Tão repetidas são as vivências, que entram na composição das sínteses conscientes, que as vivências inconscientes acabam por ser submersas. Pode-se afirmar que as sínteses conscientes ofuscam as inconscientes⁸, fazendo surgir um estado mental novo, pelo qual o sujeito cognoscente se dá conta, não apenas dos objetos da síntese consciente, mas também das linhas gerais do processo psicológico, por que ela se constitui.

Algumas vezes, a mente fracassa na tentativa de formular determinadas sínteses conscientes. Em situações extremas, pode acontecer de o fracasso estender-se a todas as tentativas de síntese consciente, realizadas pelo sujeito. Em tais casos, a pessoa perde, completamente, a consciência. É o que acontece durante o sono⁹. Tanto nos períodos de baixa como de alta atividade mental, verificados durante o sono, o sujeito permanece inconsciente, não porque ele não esteja pensando. É equivocado considerar que a mente pára, ou muda qualitativamente o seu proceder, durante o sono. Enquanto dorme, o sujeito pensa pelos mesmos procedimentos básicos, que se realizam na sua mente durante a vigília. É verdade que, durante os períodos de baixa

⁸ O ofuscamento das sínteses cognitivas inconscientes pelas sínteses conscientes é uma experiência, que se realiza no plano do eu. Ele não significa que os fins, cognitivos e motores, das sínteses inconscientes não sejam alcançados. Pelo contrário, a mente humana se destaca pela prodigiosa capacidade de executar um número incalculável de procedimentos inconscientes, extraindo conclusões cognitivas certas e impulsionando reações motoras bem coordenadas, ao mesmo tempo em que se concentra, e chega até mesmo a dirigir, dentro de certos limites, os procedimentos cognitivos, que constituem o objeto central dela a cada momento, a saber: os objetos da consciência.

⁹ Não é despidendo reiterar que as referências, feitas no corpo do texto, a experiências cognitivas, cujo fundamento lógico depende dos sentidos, não pressupõem que tais experiências realmente aconteçam do modo como as concebemos. A hipótese de investigação adotada pelo texto (de que a imagem de mundo, formulada pelo eu, não pode ser confirmada ou infirmada) simplesmente não permite concluir, apressadamente, que as experiências, cujo fundamento lógico depende de um mundo externo, sejam verdadeiras. Por esse motivo, palavras como “sono” não indicam que as experiências físicas, que pensamos ocorrerem durante o sono, realmente ocorram do modo como as concebemos. Sono, no texto, é um sono subjetivo, é uma composição mais ou menos desordenada de idéias, cujo sentido global o sujeito não compreende e que lhe ocorre, mais ou menos ciclicamente, a cada período de cerca de vinte horas

atividade mental, verificados durante o sono, o input sensorial¹⁰ cai a níveis extremamente baixos. Porém, ele não cessa completamente, assim como o processamento abstrato das sensações também não pára. O que acontece, durante o sono, é a diminuição, não a cessação ou a transformação qualitativa, da atividade mental.

A característica que diferencia o sono da vigília é que, no primeiro, a mente não consegue encontrar vivências mais repetidas do que outras. Não as encontrando, a mente não chega a uma síntese final a respeito do mundo ou da posição do sujeito pensante nele. Isso não significa, absolutamente, que a mente não pense, ou que ela pense de outra maneira, durante o sono. Significa apenas que a mente não consegue chegar a uma síntese a respeito do mundo a ela exterior.

A mente está acostumada a pensar com base nos dados, que lhe parecem chegar por meio dos sentidos. Quando o input desses dados cessa, durante o sono, a mente se perde. Ela deixa de ser capaz de formular uma síntese dos estados mentais, que a compõem, simplesmente porque não encontra estados mentais tão repetidos, quanto os que lhe sobrevêm, principalmente mediante a visão, durante a vigília¹¹.

⁽¹⁰⁾ Por *input* sensorial, entendemos a recepção de dados, aparentemente provindos do mundo externo por meio dos cinco sentidos.

⁽¹¹⁾ Quando se encontra desperto, o eu recebe dados sensíveis abundantes do mundo ao seu redor. Essas informações são tão numerosas e tão mais nítidas do que as outras informações, em que o sujeito é capaz de concentrar a sua atenção, que a síntese ao final formulada acaba por ser a imagem de um mundo externo. A participação da visão nessa síntese é particularmente relevante no caso do ser humano e de outros animais. A consciência, humana e animal, numa medida bastante considerável, parece ser filha da informação visual. Somente a visão explica por que formamos uma nítida imagem do mundo fora de nós, mas não do mundo dentro de nós, isto é, das entranhas do nosso corpo. Não logramos constituir um quadro tão nítido dos nossos órgãos quanto o que temos do mundo fora de nós, porque dos primeiros só recebemos informações táteis, coletadas por células especializadas, que as despacham ao cérebro, enquanto do mundo exterior recebemos informações visuais, auditivas, olfativas etc. No caso do ser humano, as informações visuais são de longe as mais importantes, dentre todas as que ele recebe do mundo ao seu redor e que lhe permitem se tornar consciente desse mesmo mundo. É preciso esclarecer, entretanto, que a grande importância das informações visuais, para a formação da nossa imagem do mundo, não significa que a consciência não se constitua sem as informações visuais. Os seres destituídos de olhos, os cegos de nascença, enfim todos os seres dotados de comportamento padronizado, inteligente, mas que não processam informações visuais, fazem prova de que a consciência pode-se constituir sem a visão. A consciência é uma potência adaptativa. Quando não é capaz de se desenvolver com base na visão, na audição ou no olfato, ela se desenvolve com base em algum outro sentido ou protosentido.

Tendo-se constituído e expandido a partir dos dados dos sentidos, a consciência não está acostumada a trabalhar sem eles. Leva tempo para ela se adaptar a um psicorama, constituído por um input sensorial tão reduzido. Quando, após tentativas intensas de atingir uma síntese dos pensamentos sonambúlicos, o sujeito finalmente se aproxima de encontrar um padrão geral, com base no qual ele pode começar a entender o que está-se passando com os seus pensamentos, a surpresa produzida pela descoberta de um mundo coerente, a partir de informações tão caóticas, produz uma descarga emocional, que desperta o indivíduo. O sono acaba, e a síntese não chega ao fim.

Essa parece ser a razão, por que a mente nunca chega a formar uma síntese geral dos seus estados cognitivos, mas permanece inconsciente, durante o sono. Permanecer inconsciente não é não pensar. Tampouco é pensar de um modo distinto daquele como se pensa durante a vigília. A única diferença entre os pensamentos, que temos enquanto em vigília e no período do sono, é que, com os primeiros, a mente consegue formar uma síntese coerente do mundo externo, ao passo que com os últimos não.

A perda da consciência não ocorre, porém, apenas durante o sono, mas também durante os desmaios, os surtos psicóticos, as alienações mentais e a situação da pessoa às portas da morte. O que importa assinalar é que, em todos esses casos, a inconsciência se deve à mesma causa fundamental, a saber: ao fato de o eu não conseguir formular uma síntese dos seus estados mentais.

Pode-se concluir, com base na argumentação até aqui desenvolvida, que a consciência em sentido amplo (incluindo a consciência em sentido estrito e a inconsciência) só se estrutura, a partir de vivências irreduzíveis a qualquer forma de linguagem simbólica. Todo o conhecimento humano é vivência, ou composição de vivências. O que chamamos representação, isto é, a parte do conhecimento construída com base em signos, é um conjunto de operações mentais de composição de vivências, elas sim irreduzíveis. Ainda que extremamente importantes para a estruturação do conhecimento humano, não são essas representações subjetivas do mundo, e sim as vivências a partir de que elas são feitas, que constituem os tijolos fundamentais do saber.

Antes de ser representação, o conhecimento é vivência. A diferença entre estas duas espécies de cognição se fundamenta no fato de que a lógica intrínseca à experiência ou vivência fundamental do existir exclui, por

completo, as categorias de um mundo externo e de um eu existente ao lado de outros sujeitos. O eu não é capaz de encontrar qualquer prova apodítica da existência de um mundo externo ou de outros eus. Isso introduz uma mudança sutil, mas absolutamente fundamental na lógica interna ao sistema do seu pensamento. Se representação é uma descrição de algo distinto do próprio eu, vale dizer, de objetos imaginários ou externos ao eu, como estes não podem ser pressupostos existentes, segue-se que, para ser lógico, o conhecimento não pode ser representação. Esta é uma das conclusões lógicas mais fundamentais, a que podemos chegar e de que devemos partir.

Se não é representação, entretanto, o conhecimento deve ser descrito como outra coisa. Ele deve ser descrito como vivência, porque ao contrário da tese da representação, que pressupõe a existência de algo distinto do próprio sujeito pensante, a tese do conhecimento como vivência não o pressupõe. Nisto reside a sua força lógica. Enquanto vivência, o conhecimento não incide no vício lógico fundamental de supor a existência de um mundo externo.

Estabelecido como parece haver ficado, que o conhecimento é vivência, cumpre esclarecer, em seguida, que as vivências cognitivas do eu se sobrepõem para formar vivências compostas. A própria autoconsciência resulta de um processo de composição dessa espécie. Não nos tornamos autoconscientes ao termos qualquer vivência isolada. Tornamo-nos autoconscientes ao termos muitas vivências, das quais resulta a convicção de que existimos enquanto indivíduos distintos dos objetos vivenciados. Em outras palavras, a autoconsciência emerge de uma composição de vivências.

Resumindo, podemos dizer que o mundo do eu é formado por vivências simples, vivências compostas e representações. A diferença entre essas duas últimas espécies de conhecimento é que, nas vivências compostas, o significado lógico dos elementos de composição é o mesmo, quando esses elementos são tomados isoladamente e na síntese cognitiva de que eles participam, ao passo que, nas representações, o significado dos elementos é um, quando eles são tomados separadamente, e outro quando eles são integrados às representações. Tanto as vivências compostas como as representações são combinações de vivências simples. A diferença é que, para formar as primeiras, não é necessário alterar o significado das vivências simples nelas integradas, enquanto para formar as últimas é necessário alterar profundamente o significado dos elementos vivenciais simples, que as integram.

O MUNDO COMO COISA EM SI E A IMAGEM...

Bergson escreve¹²:

“Eis a imagem que denomino um objeto material; tenho dela a representação. De onde provém que essa imagem não pareça ser em si mesma o que é para mim? É que, solidária à totalidade das outras imagens, ela se continua naquelas que a seguem, assim como prolonga as que a precedem. Para transformar sua existência pura e simples em representação, bastaria suprimir de uma feita o que a segue, o que a precede e também o que a preenche, de modo a não conservar a não ser a crosta exterior da imagem, isto é, sua película superficial. O que distingue a imagem presente, a realidade objetiva, de uma imagem representada é a necessidade que a primeira possui de agir por meio de cada um de seus pontos sobre todos os outros pontos das outras imagens, transmitindo a totalidade do que recebe e opondo a cada ação uma reação igual e contrária, enfim o fato de ela não ser senão um caminho pelo qual passam de todas as maneiras as modificações que se propagam na imensidão do universo. Eu converteria essa imagem em representação se a pudesse isolar, se sobretudo pudesse isolar o seu invólucro exterior.”

Note-se que Bergson considera a representação uma espécie de alteração artificial do mundo, operada pelo sujeito pensante. Estamos de acordo com isso. Para nós, representação é o pensamento criado, não apenas pela composição, mas também pela alteração do significado de vivências cognitivas do eu. Pelo artifício representativo, o eu se utiliza de determinadas vivências, não para indicar o que elas originalmente indicavam, mas para simbolizar outros objetos reais ou imaginários. Desse modo se desenvolve toda uma linguagem apta a descrever realidades complexas e criar objetos lógicos.

Além de trabalhar com vivências simples e irreduzíveis, portanto, o eu trabalha, também, com vivências compostas e representações. As vivências simples são inconscientes. As vivências compostas e as representações podem ser conscientes ou inconscientes. De qualquer forma, é com base nos tijolos fundamentais das vivências simples e compostas que o eu estrutura o seu pensamento.

Colocado o problema do conhecimento humano nos termos acima, a decisão gnoseológica fundamental, a decisão capaz de determinar, mais do que qualquer outra decisão ou conceito, se um sistema de pensamento é

⁽¹²⁾ Bergson, Henri. *Matière et mémoire*. 28ª ed., Paris, Librairie Félix Alcan, 1934. p. 23.

idealista ou realista, não é a que se propõe entre o racionalismo e o empirismo, mas a que se propõe entre a hipótese, que entende a autoconsciência e a consciência do outro como constituídas pelo mesmo processo lógico, e a hipótese que supõe que elas são constituídas por processos diversos. Esta é a questão fundamental.

Há duas soluções possíveis para tal questão. Se supusermos que a autoconsciência e a consciência do mundo se constituem pelo mesmo processo lógico fundamental, estaremos adotando um sistema de convicções realista, porque a certeza da existência do eu será transferida para a existência do mundo externo. Por outro lado, se supusermos que a autoconsciência e a consciência do outro se constituem por processos distintos, a certeza associada à existência do eu não servirá para fundamentar a existência do outro. Estaremos no terreno movediço do idealismo.

A decisão entre a identidade ou a não-identidade dos processos lógicos, por meio dos quais o autoconhecimento e o conhecimento do mundo se estabelecem, não pode ser tomada, porém, por razões estritamente lógicas, como as que vimos de apresentar. Haverá sempre um quê de arbitrariedade, na tomada dessa decisão. O que não significa que a decisão será, simplesmente, irracional. É possível demonstrar que tanto a decisão pela identidade como pela não identidade, entre os processos de constituição do autoconhecimento e do conhecimento do mundo, são parcialmente racionais. A decisão pela identidade é ainda mais racional do que a decisão pela não-identidade, primeiramente porque ela é muito mais simples. É certo que a simplicidade não constitui um critério definitivo de verdade, porém ela é muito mais vantajosa do que a complexidade, como critério de escolha de conclusões provisórias, na busca pela verdade¹³.

Com base no princípio da simplicidade, portanto, quer-nos parecer que a hipótese da identidade entre os processos de formação da autoconsciência e da consciência do outro e do mundo deve ser adotada, de preferência à hipótese da não identidade. É muito mais simples conceber que a mente

⁽¹³⁾ Isso não significa que a simplicidade seja melhor do que a complexidade, enquanto método científico. Edgar Morin demonstrou, de modo bastante aceitável, que a complexidade funciona melhor do que a simplicidade como método de construção de saberes profundos, porém, como critério final de decisão entre duas teorias científicas, a simplicidade é que apresenta vantagens em relação à complexidade. Se, depois de estudarmos uma determinada questão em toda a sua complexidade (adoção da complexidade como método de pensamento), nos depararmos com duas conclusões igualmente possíveis, a mais simples delas deverá ser adotada.

trabalha com um mesmo processo lógico fundamental do que com dois processos distintos e até opostos, como acontece quando admitimos que o autoconhecimento e o conhecimento do mundo são produzidos por operações cognitivas diversas. Se o conhecimento do mundo resulta de um processo empírico qualitativamente distinto do processo, por meio do qual o conhecimento do eu se constitui, temos que a mente é um pouco esquizofrênica, nas suas instâncias fundamentais.

Se a premissa da não identidade for adotada, efetivamente, o eu viverá mergulhado em dois mundos: um mundo constituído pelas operações empíricas e outro constituído pelas operações racionais, a que nos referimos. Esses dois mundos não se comunicarão, de um ponto de vista lógico, mas apenas de um ponto de vista analógico. Em outros termos, estaremos muito próximos da clivagem tantas vezes rejeitada da realidade em um plano natural e um plano metafísico.

Por outro lado, se adotarmos a premissa da identidade entre os processos de construção do autoconhecimento e do conhecimento do mundo, teremos assentado a base cognitiva necessária à asserção de que a realidade é uma só, vale dizer, de que só existe o plano da natureza. Parece que este último ponto de vista é bastante superior ao primeiro.

O argumento mais forte a favor da hipótese da identidade é, porém, o que parte da seguinte consideração: se o eu é uma entidade composta, os elementos que o compõem distinguem-se uns dos outros, de modo que afirmar a existência do eu implicará, necessariamente, afirmar a existência do outro. Também esta asserção não pode ser definitivamente comprovada, mas parece se fortalecer pela constatação de que o autoconhecimento é, ele próprio, também composto.

É preciso distinguir, cuidadosamente, entre a afirmação de que o eu é composto e a afirmação assemelhada, porém distinta, de que o autoconhecimento é composto. Quando analisamos cuidadosamente essas duas afirmações, torna-se impossível compreender por que o autoconhecimento deveria formar-se, como de fato se forma, apenas após a difícil síntese de um número bastante elevado de estados mentais, se o eu é simples, e não composto. Por que, para conhecer um objeto tão simples, deveria ser necessário um processo tão complexo de composição de estados cognitivos? A resposta mais coerente a estas perguntas é a que sustenta que o autoconhecimento é composto, porque o eu é também composto. Ora, a

afirmação de que o eu é composto pressupõe a existência de elementos de composição distintos entre si, vale dizer, a existência de um mundo com múltiplos seres. A partir da autoconsciência, chegamos à consciência do mundo.

Por baixo da consciência do eu, pode estar a consciência de múltiplos seres, que compõem esse eu, de modo que o que pensamos ser percepção (de um outro ser) seja autoconsciência. No fundo, autoconsciência e percepção (conhecimento sensível) talvez sejam a mesma coisa. A única diferença é que a autoconsciência, por ser uma espécie de percepção apenas do próprio eu, não pressupõe o espaço, enquanto a percepção de objetos distintos do eu pressupõe a coexistência do eu e de outros seres no espaço. Assim como nos reconhecemos, porém, tornando-nos conscientes dos elementos, que entram na nossa constituição, reconhecemos os outros seres, tornando-nos conscientes dos elementos, que os compõem. O processo de formação de uma e da outra destas cognições é o mesmo.

Se o autoconhecimento e o conhecimento sensível não se diferenciam, podemos considerar, efetivamente, que a autoconsciência e a consciência, que o eu tem do corpo que o reveste, constituem uma só espécie de cognição. Pelo mesmo processo por que se torna consciente de si, o eu se torna consciente, também, do seu corpo e do mundo que o circunda.

Com base numa pura meditação sobre o autoconhecimento, é possível chegar, portanto, a uma prova da rigorosa possibilidade lógica do realismo. Possibilidade ou probabilidade, dependendo do juízo efetivado. Em um ou em outro caso, o idealismo não parece constituir uma consequência necessária do pensamento moderno, como os textos de Vattimo e de Rorty, citados no início deste artigo, dão a entender. Pelo contrário, as razões a favor do realismo gnoseológico parecem sobrepujar as razões, invocadas em apoio ao idealismo.

A posição realista é ainda mais fortalecida, quando consideramos o papel das emoções, na estruturação do conhecimento. As emoções são, em geral, entendidas como ocorrências psíquicas distintas do conhecimento. Enquanto este se estrutura com base em uma lógica invariável, costuma-se considerar que as emoções desenvolvem-se com base em instintos e escolhas imprevisíveis. Pior do que isso: não se vislumbra maneira de incluir as emoções como elos, na cadeia dos juízos e raciocínios, que os sujeitos cognoscentes constroem, porque elas não obedecem às leis de ilação lógica.

Este é o ponto de vista ainda hoje predominante, acerca das relações entre emoção e conhecimento.

Sob a ótica deste trabalho, porém, a distinção entre emoção e conhecimento não se sustenta. Para nós, as emoções constituem um sistema rigorosamente lógico, com base no qual o indivíduo age no mundo. A diferença, entre conhecimento não emocional (conhecimento em sentido estrito) e emoção, é que o primeiro é especulativo, ao passo que a última é prática. Essa diferença, porém, não anula o fato de que, estruturalmente e do ponto de vista dos elementos que os constituem, conhecimento e emoção configuram um mesmo fenômeno.

Em Liberdade e direito, assim nos pronunciamos acerca das emoções¹⁴:

“Podemos considerar as emoções, em geral, como transformações ou percepções de transformações ocorridas no corpo do sujeito cognoscente. O abalo característico das emoções, que as diferencia das cognições, é resultado de reações orgânicas bem definidas. Quanto mais a reação do organismo ao conhecimento de um objeto foge à normalidade, mais forte é a emoção provocada. A visão de um mesmo objeto todos os dias não costuma suscitar emoção muito forte, porque desencadeia reações corriqueiras no organismo. Já a visão de um objeto novo, quanto mais reações orgânicas inusitadas provoca, mais emoções desencadeia, porque a emoção é um conjunto de reações orgânicas ao conhecimento ou a percepção destas reações pelo sujeito cognoscente.

“As emoções se chamam afeições, quando associadas a reações orgânicas involuntárias, assim como a fome, a sede, os calafrios, as sensações de calor, as palpitações, o choro, a dor, os sintomas das doenças, os prazeres sexuais e as necessidades fisiológicas de toda espécie, ou sentimentos, quando associadas a reações voluntárias. As afeições são provocadas diretamente por estímulos exteriores. Embora o indivíduo possa avaliar mentalmente o estímulo e suas conseqüências, nas afeições esta avaliação e as reações que se seguem não são voluntárias, mas involuntárias. Já os sentimentos são provocados pelos estímulos seguidos da avaliação racional (reflexiva, isto é, voluntária) que o indivíduo faz deles ou simplesmente pela avaliação racional de lembranças, sem a intervenção de estímulos.”

⁽¹⁴⁾ Moraes, Luís Fernando Lobão. *Liberdade e direito - uma reflexão a partir da obra de Goffredo Telles Júnior*. Campinas, 2000, Copola. p. 359.

Entendidas nos termos da citação acima, emoções são processos orgânicos, associados às reações das pessoas e que produzem estados de consciência. Os estados de consciência, produzidos pelas emoções, como todos os estados de consciência, são ocorrências cognitivas e nada mais do que isso. A única diferença é que as emoções são estados cognitivos, produzidos no interior de processos orgânicos decisivos para o desencadeamento das reações mais visíveis e relevantes do indivíduo no mundo.

Tão íntima é a relação das emoções com as ações do indivíduo que se pode dizer que o conhecimento não emocional (conhecimento em sentido estrito) se constitui pela influência do meio sobre o indivíduo, a emoção é o início do processo de reação do indivíduo ao meio, e a reação propriamente dita é o prolongamento da emoção para fora do organismo.

A função da emoção é deflagrar reações adequadas à sobrevivência do indivíduo, no meio em que ele se encontra. Para que essa função seja cumprida, reações metabólicas são executadas, resultando nos estados de consciência, que caracterizam as emoções. Não há dúvida de que o encadeamento entre estados de consciência e reações, a que nos referimos, é absolutamente lógico, do ponto de vista dos fins visados pelo processo emotivo.

As afeições (emoções involuntárias) têm uma outra característica, que as diferencia ainda mais do conhecimento não emocional: ao contrário dos sentimentos, elas nunca resultam na percepção ou representação de objetos. Durante a afeição, apenas sentimos. Não percebemos ou representamos qualquer objeto intimamente relacionado à própria afeição. Esta é, sem dúvida, a característica, que mais contribui para que as afeições pareçam distintas do conhecimento.

Apesar de não produzirem percepção ou representação de objetos, ainda assim, as afeições podem e devem ser consideradas conhecimento. Elas podem e devem ser consideradas conhecimento sem objeto¹⁵. Afeições são

¹⁵ Como indicado no corpo do texto, a afirmação de que as afeições são conhecimentos sem objeto não pode ser estendida aos sentimentos (emoções conscientes). Ao contrário das afeições, os sentimentos parecem sempre levar a verdadeiras representações de objetos. Sempre que temos sentimentos, lembramo-nos das pessoas ou coisas amadas, aborrecidas etc. Embora não estejamos absolutamente certos de que as representações desses objetos sejam causadas por emoções, o caso parece ser esse, já que a emoção é muito melhor produtora de recordações do que o simples pensamento abstrato. O poder espantoso, que as emoções têm de despertar lembranças, confirma que os sentimentos, diferentemente das afeições, possuem objeto – os objetos das recordações. Também por esta característica dos sentimentos, as emoções revelam sua natureza cognitiva.

cognições, porque são estados de consciência, produzidos e associados a outros estados de consciência, de acordo com regras bem definidas. Pode-se afirmar que as regras, segundo as quais as afeições e os sentimentos são produzidos e conectados uns aos outros, compõem a Lógica das Emoções, que não se distingue da Lógica Formal, a não ser pela circunstância de que opera a partir de um contexto fático e em função de fins predeterminados, ao passo que a Lógica Formal opera num nível formal e sem fins predeterminados. Respeitadas estas diferenças, em todo o restante, as leis de ilação da Lógica das Emoções reproduzem ou se assemelham às leis de ilação da Lógica Formal.

A Lógica das Emoções se parece, mas não pode ser confundida também com a Lógica Material Clássica. Tanto a primeira como a outra destas lógicas opera a partir de contextos fáticos. Este é o motivo, por que elas se assemelham. Porém, há várias diferenças, que tornam inconfundíveis as Lógicas Emocional e Material. A primeira é o modo como cada uma opera a partir de contextos fáticos. Enquanto a Lógica Material Clássica opera de maneira neutra, sem emitir valorações, a Lógica das Emoções opera com base em valorações.

À raiz de toda emoção, está um ato valorativo. Gostamos de uma pessoa, porque a consideramos boa, bela ou inteligente. Ou não gostamos dela, por a considerarmos má, feia ou estúpida. Estes são julgamentos lógicos, porque se baseiam num critério rigorosamente invariável: a sobrevivência do indivíduo ou da espécie. Ser bom, belo ou inteligente é ser dotado de características favoráveis á sobrevivência do indivíduo ou da espécie; ser mau, feio ou estúpido é possuir características, que dificultam a sobrevivência¹⁶.

Embora ocorram com base em critérios objetivos relacionados à sobrevivência, porém, os julgamentos avaliativos à base das emoções são percebidos como subjetivos, porque se fazem acompanhar por uma espécie de abalo, cuja presença não é percebida durante os estados apenas cognitivos (não-emocionais). O abalo, associado aos julgamentos emocionais, constitui o diferencial específico das emoções.

⁽¹⁶⁾ Pode parecer que a relação da beleza e outros valores morais ou estéticos com a sobrevivência é muito remota, porém é preciso considerar que toda emoção instintiva é resultado de um longo processo de aprendizagem. Nenhuma cognição arraigada surge aleatoriamente, mas é aprendida por experiências reais, que conduzem, todas, ao mesmo resultado. No caso da beleza, a contribuição de determinados indivíduos à sobrevivência de outros faz com que aqueles, cuja sobrevivência foi facilitada, ao final de um longo processo, considerem belos os que a facilitaram.

Que é o abalo emocional? É um estado cognitivo sem objeto? É um estado não cognitivo? Quer-nos parecer que o abalo emocional é a percepção intensificada de um fato. As percepções apenas cognitivas têm a mesma natureza, e uma intensidade muito menor, que a do abalo emocional. Quando percebemos uma coisa, percebemo-la com um abalo extremamente suave. Tão suave que passa despercebido. Esta é a situação mais comum. Quando a coisa ou situação percebida é considerada importante para a sobrevivência do indivíduo ou da espécie, porém, o resultado é outro. A percepção importante ativa um número de outros estados cognitivos associados a pequenos abalos. A soma desses abalos produz um abalo total, percebido como emoção. Desse modo o abalo da cognição em sentido estrito transforma-se em emoção¹⁷.

É certo que a explicação, que vimos de fornecer para o abalo emocional, é uma entre outras possíveis. Ela apresenta a vantagem de não supor a diferenciação fundamental, tantas vezes suposta, porém questionável, entre conhecimento e emoção. Ao contrário das teorias, que adotam essa última diferenciação, a explicação que abraçamos permite uma transição simples e natural da cognição à emoção.

Na medida em que é constituída por estados de consciência, de acordo com regras bem definidas, a emoção pode ser entendida como composição de vivências cognitivas. Nenhuma emoção é simples. Toda emoção é composta pelo mesmo processo de formação das vivências cognitivas sintéticas. Também por este aspecto, a semelhança entre a emoção e o conhecimento em sentido estrito é indisfarçável.

*Em Liberdade e direito, continuamos*¹⁸:

“O organismo parece decidir soberanamente as emoções que irá produzir, em função dos fins de sobrevivência e reprodução que governam o seu comportamento. Estes fins sobrepõem-se às afinidades e aversões, tanto físicas como químicas, que se estabelecem entre as substâncias associadas ao processamento das emoções e as células dos seres vivos.”

De acordo com o texto acima, a decisão a respeito dos fins, a que o processamento das emoções tenderá, é tomada com base no interesse dos

⁽¹⁷⁾ De acordo com o texto, não há conhecimento sem alguma espécie de abalo. A diferença entre o conhecimento não emocional e a emoção seria que, nesta última, a quantidade de conhecimentos interligados é muito maior do que no primeiro, fazendo com que a soma dos pequenos abalos associados aos conhecimentos interligados seja proporcionalmente mais significativa.

⁽¹⁸⁾ Morais, Luis Fernando Lobão. *Liberdade e direito – uma reflexão a partir da obra de Goffredo Telles Júnior*. Campinas, 2000, Copola. p. 363-364.

seres vivos. Todas as emoções têm por finalidade facilitar a sobrevivência e dificultar a extinção de indivíduos e espécies. Seja o exemplo do animal, perseguido por um predador. Colocando-se em fuga, o animal procura sobreviver. Isso não quer dizer que ele esteja consciente do risco, representado pela morte. Mais freqüentemente, o animal se coloca em fuga, por consciência da dor e do sofrimento, mais imediatamente associados ao ataque do predador. Seja por consciência da morte ou do sofrimento, no entanto, fato é que o animal perseguido pratica os atos necessários à sua sobrevivência.

A rigorosa correspondência entre o processamento das emoções e os fins de sobrevivência dos seres e espécies vivas leva-nos a concluir que as emoções constituem o critério, com base no qual os seres selecionam, consciente ou inconscientemente, os seus comportamentos. Isso corresponde a dizer que o processamento das emoções e o comportamento produzido com base nelas são inteiramente lógicos. Não há comportamento, a não ser movido por emoções. Como as emoções são fenômenos lógicos, pode-se afirmar que não há comportamento, a não ser lógico.

À semelhança das engrenagens de uma máquina, as emoções são movidas pelo conhecimento não emocional e movem o comportamento. Uma mesma linguagem lógica preside o movimento conjunto desses que são os três campos básicos da atividade humana: a cognição não emocional, a emoção e o comportamento. Se não fosse assim, não seria possível que o movimento, iniciado num campo, se estendesse aos demais.

A linguagem lógica do movimento conjunto do conhecimento em sentido estrito, das emoções e do comportamento é a das leis e princípios da razão. Tanto o conhecimento como a emoção e o comportamento são racionais. A questão, que aqui nos preocupa, é como as emoções se estruturam, como elas vêm a constituir um conhecimento, ao mesmo tempo, complexo e padronizado.

Consideramos que não há estruturação de conhecimento, a não ser pela experiência do sujeito cognoscente no mundo. Assim como o intelecto de um físico vai-se estruturando gradualmente, conforme ele adquire mais experiência, também o aprendizado de uma emoção pressupõe muitas experiências prévias. Nenhuma estruturação emocional é possível, a não ser pela experiência.

Como adquirimos, porém, consciência das emoções inatas? O bebê, quando nasce, já sente frio, calor, medo, afeição. Como ele tem

consciência do frio, do calor, do objeto que lhe infunde medo ou desperta afeição é difícil estabelecer. Pode-se pensar que as emoções atrativas se fundam no conhecimento de que o ser, pelo qual se sente atração, favorece a sobrevivência do ser atraído, ao passo que as emoções repulsivas se fundam na consciência de que o ser, pelo qual se tem aversão, constitui um empecilho à sobrevivência. O animal, por exemplo, sente atração pela presa e aversão pelo predador. A questão, que nos preocupa, é: como o animal sabe que a presa representa a sua sobrevivência, e o predador, a sua morte? Como ele o sabe, acima de tudo, logo ao nascer, antes de ter, pela primeira vez, se defrontado com uma presa ou um predador?

Se o conhecimento só se estrutura pela experiência, certo é que os seres, que nascem com consciência de determinadas emoções, adquiriram essa consciência em vidas passadas. Não se diga que o conhecimento é geneticamente determinado. Admitir que os genes explicam o conhecimento inato é criar uma fenda na noção, sempre tão comprovada, de que o conhecimento nasce da experiência. É muito difícil sustentar essa posição, pelo simples fato de que vemos, repetidamente, todas as espécies de conhecimento se estruturarem, sem exceção, a partir da experiência. Não pode ser diferente com os conhecimentos inatos. Como os genes não têm qualquer experiência, os conhecimentos inatos, principalmente emotivos, devem ter sido adquiridos em existências passadas.

Pensemos no bebê, que nunca se aproximou do fogo. Ele aparentemente não sabe que o fogo queima. No instante em que a sua mão toca o fogo, porém, ele a retira imediatamente, aos gritos. Por quê? Porque a criança sabe que o fogo é nocivo à sua sobrevivência. Sabe tão bem que todo o seu ser reage, quando a mão se aproxima do fogo. Esta reação tão prevalente se deve a um conhecimento muito bem estabelecido, com que o infante já vem ao mundo. Apenas ele não se recorda desse conhecimento, até se queimar ou sentir a presença do fogo.

Considerados como tendências à produção de comportamentos determinados, todos os instintos dos diferentes animais são determinados por emoções. Pode-se até afirmar que os instintos são emoções, no sentido amplo que atribuímos a esta palavra. Ora, se as emoções constituem cognições, e as cognições se estruturam a partir da experiência (nihil est in intellectu quod non fuerit in sensu), segue-se que o conhecimento instintivo de cada ser tem de se haver estruturado ao longo de uma ou mais existências terrenas.

O MUNDO COMO COISA EM SI E A IMAGEM...

Não é preciso dizer que o ponto de vista, cujos traços fundamentais vimos de esboçar, se baseia na teoria platônica da anamnese. Conhecer não é aprender, é recordar-se do que já se sabia em existências passadas. Nos diálogos Mênon e Fédon, Platão expõe a idéia de que a mente já vem ao mundo com todas as noções universais, com base nas quais ela identifica os objetos. No Fédon, Sócrates e Símas travam o seguinte diálogo¹⁹:

“Sócrates: Digamos que exista um objeto tal qual a igualdade - não a igualdade entre um e outro pedaço de madeira, mas a igualdade absoluta, que poderia ser considerada superior a esta. Podemos afirmar a existência de uma tal igualdade?

“Símas: Sim [...]

“Sócrates: Como, então, obtemos o conhecimento dela? Será que observamos as igualdades entre objetos materiais, assim como pedaços de madeira e de pedra, e delas haurimos a idéia de uma igualdade diferente, porque absoluta? Existe uma diferença entre as igualdades, que observamos no mundo material, e a igualdade absoluta [...] Se, olhando para um objeto, alguém observa que ele almeja ser de uma certa maneira, porém não chega a realizar plenamente essa sua tendência, pode-se concluir que a pessoa, que tira essa conclusão, já tinha um conhecimento prévio do padrão, a que o objeto tende [...] Esse é o caso dos objetos iguais, que não realizam a igualdade absoluta. Antes de termos começado a ver, ouvir ou perceber por meio dos sentidos, devemos ter tido conhecimento da igualdade absoluta. Do contrário, não nos teria sido possível compreender o critério, pelo qual identificamos como iguais dois objetos materiais. Essa é a razão por que o conhecimento da igualdade deve ter sido adquirido por nós antes de termos, pela primeira vez, identificado dois objetos iguais, vale dizer, antes de termos nascido. Ora, se adquirimos esse conhecimento antes de termos nascido, ou seja, se já nascemos fazendo uso desse conhecimento, então conhecemos, não só o que é igual, maior ou menor, mas também todas as outras idéias. Não estamos falando apenas da igualdade, mas da beleza, bondade, justiça, santidade e tudo o mais, em que imprimimos, como selo distintivo, o nome de essência.”

Como se vê, a partir do exemplo da igualdade, Platão generaliza, para todas as idéias, a doutrina de que o conhecimento é

⁽¹⁹⁾ Platão. *Phaedo*. In *Great books of the western world*, vol. 6. Chicago, *Encyclopaedia Britannica*, 1993. p. 229.

recordação. Não é diferente na passagem do Mênon, em que Sócrates fundamenta a anamnese em conhecimentos simples de geometria. Pode-se afirmar com segurança que, em Platão, a doutrina da anamnese é sustentada exclusivamente com fulcro nas noções lógicas fundamentais.

Essa espécie de argumentação é plausível, mas não é, de maneira alguma, definitiva. Tanto é que, no Organon²⁰, Aristóteles preferiu adotar a posição intermediária, segundo a qual possuímos o poder inato de conhecer, mas não possuímos conhecimentos inatos. A maioria dos pensadores, de Aristóteles a esta parte, adotou o posicionamento do Estagirita, de preferência à anamnese platônica.

O próprio Santo Agostinho, em que pese a sua dívida para com Platão, sustentou uma versão modificada da teoria da anamnese, formulada pelo grande filósofo grego. Lê-se nas Confissões²¹:

“O conhecimento de fatos, que não alcançam a nossa mente sob a forma de imagens sensoriais, mas são por nós reconhecidos intelectualmente, sem o concurso de imagens, ocorre mediante a coleta de informações que, embora turvas e confusas, já estavam contidas na memória.

“[...] A memória também contém inúmeros princípios e leis, relativos aos números e às dimensões. Nenhum destes pode-lhe ter sido transmitido por meio dos sentidos do corpo, por isto que eles não podem ser vistos, ouvidos, cheirados, saboreados ou tocados. É possível ouvir os sons das palavras, pelas quais o significado desses princípios e leis é expresso, quando discutido, mas uma coisa são as palavras, outra, os princípios. As palavras podem ser escritas em latim ou em grego. Os princípios não se expressam em latim, nem em grego. Eles não se apresentam revestidos de qualquer espécie de linguagem. Já tive oportunidade de observar linhas, desenhadas por arquitetos. Algumas vezes, elas são tão finas como o fio, tecido pelas aranhas. Mas os princípios, a que me referi, são diferentes. Eles não são imagens de coisas, que os olhos do corpo nos revelam. Temos ciência deles reconhecendo-os dentro de nós, sem necessidade de referência a qualquer objeto material. Com ajuda dos sentidos do meu corpo, vim a reconhecer os números utilizados para contar os objetos. Porém, o princípio do número, por meio do qual eu conto, não é o mesmo que a contagem dos objetos. O princípio do

⁽²⁰⁾ Aristóteles. *Organon*. Analítica Posterior, Livro II, Cap. 19.

⁽²¹⁾ Agostinho, Santo. *Confissões*. Livro 10, Capítulos 11 e 12.

número tampouco é a imagem das coisas por nós contadas, mas algo que se sustenta por uma espécie de direito próprio. Se alguém é cego para isto, que se ria de mim: terei pena dele.”

O livro, em que a versão agostiniana da anamnese é exposta de modo mais cristalino, talvez seja o De magistro. Nesse diálogo mantido com o seu filho Adeodato, Santo Agostinho sustenta que ensinar consiste em transmitir signos (sinais) representativos dos objetos aos aprendizes. Os próprios objetos obviamente não são transmitidos, nem a verdade a respeito deles. De acordo com Agostinho, a verdade está dentro de cada um. O que os signos fazem é despertar a atenção do sujeito pensante para ela. Por isso, ensinar é transmitir signos, aprender é recordar.

Uma diferença fundamental entre as doutrinas do conhecimento de Platão e Santo Agostinho, é que, para o primeiro, a alma adquire numa outra vida o conhecimento, com que vem ao mundo, ao passo que, para o último, Deus é quem infunde na alma esse conhecimento. Inobstante tal diferença, Platão e Santo Agostinho concordam em que todo conhecimento independente da experiência é infundido na alma antes do nascimento. Como o conhecimento dos objetos materiais pressupõe consciência prévia das idéias perfeitas deles, em toda e qualquer circunstância, conhecer é lembrar-se.

Discordamos deste ponto de vista. Entendemos que a anamnese explica apenas uma parte dos conhecimentos ditos independentes da experiência. Muita coisa do que conhecemos é construída por nós. Sejam, por exemplo, as leis da relatividade de Einstein. Na sua formulação matemática, essas leis podem ser concebidas independentemente da experiência. Nem por isso se pode afirmar que elas já eram conhecidas antes do século XX²².

Muito do conhecimento a priori é construído e reconstruído pelo sujeito durante sua vida. Porém, inegavelmente, uma parte desse conhecimento parece ser mesmo inata. O problema é que a doutrina da anamnese não pode ser demonstrada apenas com base nas idéias

⁽²²⁾ Outra importante diferença entre as versões da doutrina da anamnese sustentadas por Platão e Santo Agostinho e a apresentada, em breves linhas, no presente artigo diz respeito à preexistência do sujeito cognoscente. Para Platão, antes de se encarnar, o sujeito teria vivido e aprendido as noções do conhecimento inato no mundo das idéias. Para Santo Agostinho, o sujeito não teria tido uma preexistência. Simplesmente, as noções do conhecimento inato ter-lhe-iam sido infundidas por Deus, no ato da concepção ou pouco depois. Em que pese a respeitabilidade destes pontos de vista, parece mais acurado considerar que o sujeito adquiriu as noções do conhecimento inato numa existência terrena anterior a esta.

lógicas, como os filósofos platônicos pretendiam. Na verdade, a fundamentação da anamnese exclusivamente em idéias lógicas, assim como as geométricas, constitui o principal motivo de essa teoria não se ter tornado a doutrina gnoseológica mais aceita ao longo da História do Pensamento. A preexistência da alma é uma, apenas uma, das explicações possíveis para o uso, que o ser humano faz das idéias a priori. O argumento mais forte, a favor da doutrina da anamnese, não parece ser o das idéias a priori, mas o das emoções, pois estas últimas constituem uma espécie de conhecimento muito mais complexo e flagrantemente baseado na experiência do que as idéias a priori. Sendo mais complexas e tendo sido estruturadas em resposta a problemas práticos de sobrevivência dos animais, quer-nos parecer que as emoções inatas só podem ter-se desenvolvido durante uma existência terrena anterior desses mesmos animais²³.

Não é objetivo do presente artigo aprofundar excessivamente o ponto particular da doutrina da anamnese. O que nos interessa mais especificamente é estudar a gênese da imagem humana do mundo. As emoções têm uma revelação muito importante a fazer sobre este assunto.

Robert Plutchik desenvolveu uma teoria, segundo a qual determinadas emoções básicas se combinam para formar emoções compostas. São emoções básicas a alegria, a aceitação, o medo, a surpresa, a tristeza, a aversão, a raiva e a expectativa. Quando duas emoções vizinhas, dentre estas oito, são combinadas, gera-se uma díade primária. Assim, por exemplo, alegria combinada com aceitação dá amizade, medo combinado com surpresa resulta em susto. Já quando duas emoções distantes se combinam, resulta uma díade secundária. Exemplos de díades secundárias são a culpa, formada pela soma da alegria e do medo, e o mau humor, formado pela combinação da tristeza com a raiva. Por fim, se duas emoções ainda mais distantes se combinam, temos uma díade terciária. São díades terciárias o deleite, formado pela soma da alegria e da surpresa, e a ansiedade, constituída pela mistura da expectativa com o medo²⁴.

⁽²³⁾ Outra razão por que a anamnese não costuma ser adotada como ponto de vista a respeito do conhecimento é que as pessoas tendem a considerar o conhecimento do bebê extremamente simples. Essa simplicidade, porém, não é inequívoca. Os bebês apresentam conhecimentos, que pressupõem toda uma cadeia extremamente complexa e abstrata de outros conhecimentos, assim como as emoções instintivas.

⁽²⁴⁾ Plutchik, Robert. *Emotion: a psychoevolutionary synthesis*. Nova York, 1980, Harper & Row.

Ainda que possam ser relativizadas, as combinações de emoções de Plutchik permitem entender que as emoções obedecem a uma simbologia racional, pois somente objetos redutíveis a signos podem ser somados, comparados ou intercambiados. Isso mostra que as emoções são racionais ou, pelo menos, racionalizáveis.

Mais importante ainda: as emoções básicas parecem ser redutíveis a duas: a aversão e a atração (denominada aceitação por Plutchik). A raiva pode ser reduzida à aversão mais a surpresa. A alegria é a combinação da atração com a expectativa. O medo é a aversão mais a expectativa. Ainda que tenhamos de utilizar algumas outras emoções básicas, para explicar as que Plutchik menciona, todas elas resultam da combinação da aversão ou da atração com outra(s) emoção(ões).

Ora, tanto a atração como a aversão pedem um objeto. Atração é atração por algo. Aversão também é aversão por alguma coisa. Em outros termos, se o eu sente atração, e a atração é racional, como vimos que toda emoção o é, algum objeto atrator tem de existir. Semelhantemente, se o eu sente aversão, e a aversão é racional, algum objeto repugnante tem de existir. O eu não existe sozinho.

As emoções fazem prova de que existe algo além do eu. É importante frisar que essa prova não coloca a existência de um mundo externo no início da perquirição sobre a natureza das emoções. Consideradas como puras experiências mentais, independentemente da pressuposição da existência de um mundo exterior ao sujeito, as emoções pedem outros objetos.

Não se diga que as leis de ilação, que ligam o sentimento de atração à existência de um objeto atrator ou o sentimento de aversão à existência de um objeto, que justifique a aversão, são relativas. Não se diga que elas podem ser aceitas ou rejeitadas. As leis de ilação do pensamento são tão objetivas e imediatas quanto o próprio pensamento. Bergson diria que essas leis são dados imediatos da consciência. Não podemos rejeitá-las, pelas mesmas razões por que não podemos rejeitar o fato do pensamento. A evidência do pensamento e das leis, que relacionam uns aos outros os objetos pensados, são exatamente do mesmo tipo apodítico²⁵.

⁽²⁵⁾ Assim como Descartes disse “Penso, logo existo”, seria possível afirmar “Sinto (emociono-me), logo o outro existe”. A evidência destas duas proposições é do mesmo tipo.

A evidência apodítica da existência do outro, porém, não prova que os seres, que conhecemos por meio dos cinco sentidos, existam do modo como os concebemos. Uma coisa não implica a outra. Existe algum ser, não necessariamente os seres que concebemos, fora do eu.

Este é o ponto de chegada da presente tentativa de reflexão sobre o conhecimento humano. Vimos que o autoconhecimento, como dado imediato da consciência, é absolutamente evidente, que as emoções constituem parte do nosso autoconhecimento e que, como tais, elas participam da evidência absoluta deste. Isso é suficiente para nos levar à afirmação do realismo gnoseológico. Existe um mundo objetivo. Mais do que isso: é possível propor que o mundo subjetivo do pensamento e o mundo objetivo podem ser conectados, pelo menos, por analogia²⁶. De acordo com este posicionamento, que poderíamos denominar realismo fraco, as representações descritivas do mundo são verdadeiras, na medida em que se assemelham ao próprio mundo.

O realismo, a que vimos de nos referir, é um realismo por semelhança, por analogia, mas não deixa de ser realismo. É preciso dizer, entretanto, que existe ainda uma outra espécie de realismo: o realismo forte, segundo o qual a conexão entre o mundo subjetivo da mente e os seres do mundo objetivo se dá, não por analogia, mas por necessidade. Esse segundo tipo de realismo pode ser sustentado, fundamentalmente, pela pressuposição de que o autoconhecimento e o conhecimento do outro se constituem pelo mesmo processo lógico. Se isso for verdadeiro (e é bem possível que o seja), a certeza associada ao autoconhecimento aplicar-se-á ao conhecimento do outro. Teremos, por essa via, a fundamentação não apenas do mundo como coisa em si, mas como objeto bem definido, cuja imagem nos é fornecida incessantemente pelos sentidos.

Desde o Capítulo VII do livro Liberdade e direito - uma reflexão a partir da obra de Goffredo Telles Júnior, vimo-nos empenhando em mostrar que o conhecimento sensível se dá pela coincidência ou empatia física entre o sujeito cognoscente e o objeto conhecido. Essa coincidência é necessária, exatamente porque não há diferença entre o conhecimento

⁽²⁶⁾ Por conexão entre o mundo do pensamento e o mundo objetivo, queremos dizer a identificação dos objetos de um desses mundos com os objetos do outro, assim como as imagens de todos os cavalos já vistos por nós correspondem à idéia abstrata de cavalo, concebida pelo nosso intelecto.

sensível e o autoconhecimento. Poder-se-ia perguntar por que só temos conhecimento imediato de nós mesmos, e não do outro, se ele existe necessariamente. Só temos conhecimento imediato do nosso próprio ser, porque conhecimento pressupõe coincidência. O eu coincide consigo mesmo: por isto ele se conhece. Segundo o mesmo princípio, quando o eu coincide com um outro ser (apenas quando isto acontece), ocorre o conhecimento sensível²⁷. Desta conclusão resulta uma sólida fundamentação para a imagem, que temos do mundo.

Vimos, no início deste artigo, que as críticas, desenvolvidas a respeito das possibilidades do conhecimento humano, desde a época de Hume e de Kant até a atualidade, parecem resolver-se, para muitos autores, na mais completa inviabilização do realismo gnoseológico. Entre o mundo como ele é em si mesmo e a imagem humana do mundo, existiria um abismo intransponível pelo conhecimento. Esse ponto de vista profundamente cético pode parecer

⁽²⁷⁾ O conhecimento mais básico da realidade se dá por empatia, quer dizer, pela capacidade, que os seres cognoscentes têm, de coincidir consigo mesmos e com energias emitidas por outros seres. Essa capacidade de coincidência pode ocorrer por contato local, entre objetos constituídos por átomos, ou à distância, entre partículas elementares. A ocorrência da primeira espécie de interação é facilmente verificável pelo senso comum. Explicamo-la detalhadamente no Capítulo VII de *Liberdade e direito – uma reflexão a partir da obra de Goffredo Telles Júnior* (Campinas, Copola, 2000). Já a última espécie é atestada pelo famoso experimento, conduzido pela equipe do físico Alain Aspect, que Amit Goswami descreve com as seguintes palavras: “O experimento, realizado por Alain Aspect e seus colaboradores, mostrou claramente que, quando dois objetos quânticos são correlacionados, se medimos um deles (produzindo, destarte, o colapso de sua função de onda), a outra função de onda entra também instantaneamente em colapso – mesmo a uma distância macroscópica, mesmo quando nenhum sinal há de espaço-tempo para lhes mediar a conexão. Einstein, no entanto, provou que todas as conexões e interações no mundo material têm que ser mediadas por sinais que viajam através do espaço (princípio de localidade) e, portanto, ser limitadas pela velocidade da luz.”

[...Alain Aspect] “usou fótons de polarização correlacionada que emergiam em direções opostas, a partir de uma fonte de átomos de cálcio. Um detector foi colocado na trilha de cada feixe de fótons. O aspecto crucial do experimento - e que lhe tornou a conclusão irrefutável - foi a inclusão de um interruptor que, na verdade, mudava a direção da polarização de um dos detectores a cada 10 bilionésimos de segundo (tempo mais curto do que o tempo de viagem da luz ou de qualquer outro sinal local entre duas localizações de detectores). Ainda assim, a mudança da direção de polarização do detector dotado de interruptor mudava o resultado da medição na outra localização - exatamente como a mecânica quântica dizia que deveria acontecer” (Goswami, Amit. *O universo autoconsciente - como a consciência cria o mundo material*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 2000. pp. 85-86, 151).

A conclusão, extraída por Goswami do experimento de Aspect, no sentido de que as partículas menores que o átomo interagem mesmo quando situadas a anos-luz de distância, se baseia no fato bem estabelecido de que elas trocam informações a velocidades superiores à da luz.

baseado em sérias considerações filosóficas, mas não resiste a uma análise crítica. É claro que o problema do fundamento último do conhecimento não pode ser definitivamente resolvido, mas uma coisa parece certa: os pontos de vista céticos e idealistas não contam com a supremacia absoluta, tão freqüentemente alardeada. Pelo contrário, a imagem clara e bem definida, que os sentidos nos dão do mundo, parece assentar-se em bases bastante sólidas. Da mesma forma, em termos gerais, o processamento racional dessa imagem pelo sujeito cognoscente está longe de obliterar as marcas originais, que o mundo imprimiu sobre ela.